

NOVA META DE INFLAÇÃO

Daniela Mendes
Correspondente
Com agências

Nova York — Passados os momentos de maior instabilidade após a desvalorização do real, o governo começa a definir um cenário para a economia brasileira este ano. A equipe econômica e os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) trabalham agora com uma meta de inflação para 1999 em torno de 11%. A taxa de juros será então calculada de forma que os reajustes de preços não ultrapassem esse patamar.

Esses números estão sendo discutidos em Washington pelos representantes do Ministério da Fazenda, o secretário de Política Econômica, Amaury Bier, e o secretário de Assuntos Internacionais, Marcos Caramuru, com técnicos do Fundo. Hoje, o presidente indicado para o Banco Central, Armínio Fraga, vai relatar ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, no Rio de Janeiro, o andamento dessas negociações.

Armínio reuniu-se ontem com o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, e com o vice-diretor-gerente, Stanley Fischer, mas ao deixar a sede do FMI negou-se a comentar os encontros. A inflação é o tema central das discussões, segundo revelou Fischer.

O Fundo e a equipe negociadora brasileira já acertaram "uma boa estrutura que deverá trazer estabilidade à economia brasileira, no sentido de prevenir o ressurgimento da inflação", disse. E complementou: "Essa é uma coisa que está nas mentes dos brasileiros. Eles não querem voltar aos seus 40 anos de história de inflação constante. Eles terão de ter uma política monetária apertada durante algum tempo para assegurar que a inflação não volte, para não trazer de volta todos os velhos demônios dessa economia".

O FMI divulgou ontem o conteúdo de uma vídeo-conferência entre a sede do Fundo e a Universidade da Califórnia, em San Diego, na qual Fischer faz outras observações sobre a situação brasileira. "Espero que assim que surja o acordo final, o Brasil publique detalhes do programa, para tentar convencer os mercados de que têm um plano coerente que os capacitará a se auto-financiar, e que incentivará os mercados a entenderem que essa é uma pro-

André Corrêa 13-11-98



Malan: encontro com Armínio para ouvir relato sobre andamento das negociações com o FMI e palavra final sobre nível de recessão em 1999

posta viável, e que é seguro investir no Brasil", disse, acrescentando: "a questão agora é saber com que rapidez o Brasil vai se estabilizar".

Segundo o diretor do Fundo, "houve dois desenvolvimentos desastrosos logo depois do acordo do Brasil com o FMI. Primeiro, uma medida perfeitamente rotineira que tinha sido acordada com o FMI foi derrubada no Congresso. Ninguém esperava isso. Possivelmente o governo não usou toda a pressão política que deveria, para fazê-la passar. E a segunda coisa foi que o governador do terceiro maior estado disse que não cumpriria suas obrigações como governo federal". A moratória mineira, disse Fischer, reduziu a confiança no programa econômico brasileiro.

As negociações do Brasil com o Fundo foram retomadas durante o carnaval e deverão estar concluídas num prazo de duas semanas. As re-

gras de intervenção no câmbio ainda não foram definidas. O objetivo do governo não é estabelecer um teto máximo da cotação do dólar, pois isso significa criar uma banda. O câmbio ficará livre, mas o Banco Central atuará para evitar fortes oscilações na moeda. Um mês após a liberação da política cambial, a equipe econômica não acha que o dólar já tenha encontrado seu ponto de equilíbrio e aposte na queda da cotação, pois muitos exportadores estão retardando suas operações.

A variável chave na montagem definitiva do cenário que servirá de base para o novo acordo com o Fundo é o grau de recessão da economia este ano. As estimativas do governo são de uma queda do nível de atividade entre 3% e 4%, mas o ministro Malan é quem decidirá que taxa o governo vai trabalhar em 1999.

A partir do grau de recessão é possível estimar o total da arrecadação de

impostos no ano e definir o nível exato de superávit primário (receita menos despesas excluído o gasto com o pagamento de juros) necessário para ajustar as contas públicas. No início do mês, a equipe econômica e o FMI acertaram uma meta de superávit primário (receita maiores que despesas, exceto gastos com juros) entre 3% e 3,5%.

CORTES

O Ministério do Planejamento continua trabalhando nos cortes do Orçamento que vão viabilizar o esforço fiscal necessário para cumprimento das novas metas acertadas com o FMI. "Queremos poupar ao máximo os cortes sobre custeio e investimento", disse o secretário do Orçamento, Waldemar Giomi, ao sair do Ministério para uma reunião no Palácio do Planalto. O porta-voz do presidente, embaixador Sérgio Amaral, informou que não será necessário cortar R\$ 8 bilhões.

De acordo com Giomi, o governo espera ter uma economia natural em duas áreas: no programa de apoio à exportação (Proex) e no pagamento de pessoal. No caso do Proex, em consequência da desvalorização do real, seriam poupanças R\$ 300 milhões este ano. Já na parte de pessoal, a economia viria com a suspensão do pagamento da diferença salarial de 28,86% para os servidores públicos que não retirarem suas ações na Justiça. O secretário de Recursos Humanos do Ministério da Administração, Luís Capela, porém, garantiu ontem que todos os funcionários públicos que têm direito, independentemente de contestarem o governo judicialmente ou não, receberão a primeira parcela dos 28,86% ainda este mês (veja reportagem na página 21). O governo vai exigir a retirada das ações na Justiça apenas para o pagamento da segunda parcela, em agosto, segundo Capela.